

Comunicação para o ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSC – Câmpus Itajaí

Gláucia Raquel Spindler¹, Cloves Alexandre de Castro²

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Blumenau (IFC – Blumenau), que aborda questões relacionadas à gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e dos diálogos entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Itajaí (IFSC – Itajaí) e a comunidade. O estudo buscou compreender as dificuldades enfrentadas por candidatos e seus responsáveis no ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSC – Itajaí. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa emprega questionários e grupos focais, além de pesquisa documental e bibliográfica. O referencial teórico discute o papel dos Institutos Federais de Educação, Científica e Tecnológica (IF) como política pública de formação integral, destacando a relação entre educação, trabalho e a realidade brasileira. Os resultados indicam que, apesar do número expressivo de inscritos, há desafios na efetivação das matrículas devido à complexidade dos editais, barreiras tecnológicas e falta de compreensão do fluxo do processo seletivo. O artigo enfatiza a necessidade de aprimorar a comunicação institucional e considera os IF responsáveis por formar jovens trabalhadores em uma abordagem do trabalho como princípio educativo.

Palavras-chave

Ensino médio integrado. Comunicação para o ingresso. Formação integral.

¹ Mestranda em Educação no Instituto Federal Catarinense, Santa Catarina, Brasil. E-mail: glaucia.raquel@ifsc.edu.br.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil; pós-doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Brasil; professor no Instituto Federal Catarinense, Santa Catarina, Brasil. E-mail: cloves.castro@ifc.edu.br.

Communication for admission to the integrated technical high school programs at IFSC – Itajaí Campus

Glauca Raquel Spindler¹, Cloves Alexandre de Castro²

Abstract

This article integrates a study developed within the Professional Master's Program in the National Network for Professional and Technological Education (Profept), at the Federal Catarinense Institute – Blumenau Campus (IFC – Blumenau), Santa Catarina, Brazil. It addresses the management of Professional and Technological Education (PTE) and the dialogue between the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Santa Catarina – Itajaí Campus (IFSC – Itajaí), Brazil, and community. The study aimed to understand the difficulties faced by applicants and their guardians in gaining admission to technical courses integrated with high school at IFSC – Itajaí. Using a qualitative approach, it employed questionnaires, focus groups, and documentary and bibliographic analysis. The theoretical framework discusses the role of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IF) as a public policy for comprehensive education, highlighting the relationship between education, work, and the Brazilian reality. The results indicate that, despite the number of applicants, there are challenges in completing enrollment due to the complexity of the calls for applications, technological barriers, and lack of understanding of the selection process. The article emphasizes the need to improve institutional communication and considers the IF responsible for educating workers through an approach that understands work as an educational principle.

Keywords

Integrated high school education. Communication for admission. Comprehensive education.

¹ Master's student in Education, Federal Institute of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil. Email: glauca.raquel@ifsc.edu.br.

² PhD in Human Geography, State University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; postdoctoral degree in Geography, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the Federal Institute of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil. Email: cloves.castro@ifc.edu.br.

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Blumenau (IFC – Blumenau), acerca dos processos de ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Itajaí (IFSC – Itajaí). Ingresso, neste escrito, é compreendido como uma das dimensões da categoria “acesso”, que inclui a permanência e o êxito (Silva; Veloso, 2013). Refletir sobre o ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSC – Itajaí é fundamental, por tratar-se de um tema contemporâneo e necessário.

O cenário atual sinaliza que o aprimoramento do processo de ingresso precisa ser discutido e aperfeiçoado. Idealmente, o foco estaria na permanência e no êxito dos estudantes, entretanto, o conceito de “acesso” inclui também a formação. Assim, a pesquisa refere-se aos desafios no ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFSC – Itajaí, iniciando-se na inscrição até a efetivação da matrícula e conclusão do processo.

Desse modo, este manuscrito buscou compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e seus familiares nos processos seletivos para o ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSC – Itajaí.

Segundo o Censo de 2022, o município de Itajaí/SC possui uma população de 264 mil habitantes; trata-se da 101ª cidade industrial mais importante do país e a 5ª mais relevante do Estado de Santa Catarina (SC) (IBGE, 2022). O IFSC – Itajaí oferta os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Mecânica e em Recursos Pesqueiros. Até 2022, a forma de ingresso nesses cursos ocorreu por meio de inscrição e sorteio de vagas, contudo, a partir de 2023, o curso de Mecânica teve o seu ingresso alterado por meio de inscrição e prova.

Dessa forma, o problema investigado nesta pesquisa está relacionado à dinâmica do processo de ingresso, no qual, apesar de haver um número considerável de inscritos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, em determinados semestres do período analisado que compreendeu de 2020/2 a 2024/2, as vagas ofertadas não foram completamente preenchidas, resultando na formação de turmas com um número de alunos inferior ao total de vagas ofertadas.

Assim, questionamos se a comunicação por meio de editais e canais de comunicação, como o site institucional e as redes sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), está adequada para atrair potenciais estudantes a realizarem a matrícula quando

já selecionados para estudar na instituição. Logo, esta pesquisa nos conduz à reflexão acerca da importância de adotarmos práticas comunicativas mais inclusivas, com vistas à aproximação com a sociedade da região na qual o IFSC – Itajaí está inserido.

A partir dessas questões, analisamos o processo de ingresso para o ensino médio integrado aos cursos técnicos dos semestres de 2020/2 a 2024/2, por meio dos documentos resultantes dos processos em si. No semestre 2020/2, em específico, iniciaram-se as matrículas on-line, sendo uma realidade permanente até a atualidade, consistindo na justificativa pela escolha desse período inicial. Com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas pelos candidatos e seus responsáveis no processo de ingresso, utilizamos como recursos metodológicos questionários, entrevistas e grupos focais com atores relacionados diretamente ao processo e problemática da nossa pesquisa: candidatos e seus responsáveis legais, por serem menores de idade; servidores da secretaria do IFSC – Itajaí e registro acadêmico; jornalistas e coordenadores dos referidos cursos; e, por fim, servidores do Departamento de Ingresso e Comunicação do IFSC – Itajaí.

Após a introdução, as três seções seguintes – “Marco conceitual teórico: os IF e a realidade brasileira”, “O acesso à dimensão do trabalho como princípio educativo” e “Demografia, educação e trabalho” – situam o leitor no cenário dos IF associado aos aspectos da realidade brasileira. Enquanto isso, a quinta seção – “Metodologia” – aborda os caminhos do método por meio dos procedimentos metodológicos. A sexta seção – “Análise dos dados, resultados e discussões” –, por sua vez, apresenta e analisa os dados, abordando adiante os resultados e as discussões. Por fim, nas “Considerações finais”, retomamos a problemática da pesquisa e finalizamos com alguns apontamentos para o futuro.

Marco conceitual teórico: os IF e a realidade brasileira

Os IF foram criados em dezembro de 2008, representando uma evidente transformação nas políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) promovidas pelo Estado brasileiro (Cichaczewski; Castro, 2023). O objetivo principal dos IF, de acordo com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Art. 7º, Inciso I, é: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008, n.p.).

Assim, buscar esse objetivo exige ofertar cursos que atendam à realidade atual do mundo do trabalho na região em que cada câmpus se localiza, bem como às expectativas dos

adolescentes e das juventudes – o verdadeiro público-alvo das instituições de ensino e forças produtivas que caracterizarão o mundo do trabalho do país nas próximas décadas.

Os IF surgiram no cenário brasileiro como um esforço de pensar o Brasil a médio e longo prazo, especialmente por meio de políticas públicas que articulassem educação, desenvolvimento social e regional, juventude e mundo do trabalho (Castro; Plácido; Schenkel, 2020). No bojo daquele esforço residia a crítica à educação profissional orientada pelo Decreto n.º 2.208/97, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e separou a educação profissional da formação de caráter geral. Essa crítica possibilitou reintegrar a formação profissional com a de caráter geral, por meio do Decreto n.º 5.154/04. Segundo Frigotto (2001, p. 80), no projeto do Governo de Fernando Henrique Cardoso, materializado no Decreto n.º 2.208/97,

a organização e conteúdo básico explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão.

Esse é o projeto de uma educação alienada, servil ao mercado e subordinada ao ideário do Banco Mundial para países que se encontram na periferia do capitalismo. Trata-se de um projeto que faz da educação uma filantropia social, um alívio da pobreza; suas políticas educacionais são orientadas por Organizações Não Governamentais (ONG) e *Think-Tanks*³ determinados e organizados pelos capitais internacionais e financeiros.

O Decreto n.º 5.154/04 permitiu construir os IF, as instituições de ensino, e possibilitou estabelecer a relação entre pesquisa e extensão, com oferta verticalizada do ensino médio integrado ao técnico profissional à pós-graduação *stricto-sensu*. Os IF têm como prioridade a formação profissional, humana e integral de adolescentes, de modo que contribua para o desenvolvimento do país nas próximas três décadas.

Os três últimos censos demográficos brasileiros demonstram o envelhecimento da população associado ao desabamento da taxa de fecundidade⁴ (IBGE, 2022). Isso revela que,

³ Traduzido como “tanques de ideias”, esses grupos de interesses se organizam para divulgar determinadas ideias fora das representações políticas tradicionais, como partidos e sindicatos. Aparentam certa neutralidade, maquiando interesses próprios e setoriais, a exemplo, no Brasil, da “Fundação Lemman” e do movimento “Todos pela Educação”.

⁴ A taxa de fecundidade equivale à estimativa da quantidade de filhos por mulher em idade fértil. Em âmbito brasileiro, o recorte etário para esse indicador é de 13 a 49 anos – é fundamental que essa taxa esteja acima de 2,1; no Brasil, no entanto, ela encontra-se abaixo do ideal desde 2005 (IBGE, 2022).

no contexto de envelhecimento da população e a necessidade de formular uma política pública de educação associada ao desenvolvimento regional, à formação cidadã, e à qualificação para o mundo do trabalho, os IF não cumprirão esses desafios que compõem a sua missão institucional, caso não foquem na questão demográfica – indissociável da problemática nacional e estratégica para a geopolítica (Castro; Plácido; Medeiros, 2023). Portanto, essa missão precisa ser analisada à luz do cenário demográfico brasileiro, que impõe desafios significativos à educação.

A disputa na época de criação dos IF consistia em como construir uma proposta educacional de formação integral em uma sociedade na qual os jovens, filhos dos trabalhadores, antes de concluírem o ensino médio, estão sendo convocados para compor a renda familiar (Moura; Lima Filho; Silva, 2015). Esse debate foi essencial para constituir os IF no que se refere à concepção do princípio educativo do trabalho; por isso, a justificativa do princípio conceitual de educar para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho.

A concepção do trabalho como princípio educativo reside na compreensão de que o trabalho é a atividade fundante do homem enquanto ser social e, no exercício dessa atividade essencialmente humana, por meio da relação com a natureza, o homem produz a sua própria existência. Enquanto os outros animais encontram na natureza os atributos necessários para as suas sobrevivências, o ser humano precisa produzi-los, fazendo isso por meio do trabalho (Saviani, 2007).

A educação humana integral contrapõe-se radicalmente à teoria do capital humano, centrada em atender demandas mercantis e a minimizar as demandas dos trabalhadores; ela busca a “formação [...] integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso” (Ciavatta, 2014, p. 198).

Educar para o mundo do trabalho exige significativo esforço e domínio teórico-metodológico dos agentes e protagonistas dessa proposta educativa, uma vez que trata-se de enfrentar, no âmbito da educação, a expressão de dualidade produzida na essência do modo de produção capitalista, ou seja, na divisão, exploração e desigual apropriação dos resultados do trabalho (Ramos, 2017).

No campo da educação, essa dualidade revela-se em formações para proprietários e compradores de forças de trabalho *versus* não proprietários e possuidores apenas da própria força de trabalho, que, para sobreviverem, trocam a força de trabalho por salários para produzirem em determinado tempo – mercadorias “úteis” na sociedade, cujos valores são significativamente maiores que os valores pagos às mercadorias que as produzem.

Dessa forma, educar para o mundo do trabalho, na perspectiva da EPT, significa formar integralmente os sujeitos nos aspectos da cultura geral, bem como possibilitar, ao mesmo tempo, a formação profissional e tecnológica para o mundo do trabalho, objetivando uma sociedade justa e democrática (Ciavatta, 2005).

O acesso à dimensão do trabalho como princípio educativo

O ingresso no IFSC – Itajaí não deve ser encarado como processo final, mas como o início da trajetória do estudante. O desafio é que o ingressante permaneça, se desenvolva e tenha êxito em sua formação; por isso, a importância de reforçar a relevância de termos um processo de ingresso o mais inclusivo e igualitário possível. Isso é essencial para que as demais etapas – permanência e êxito – sejam alcançadas com qualidade.

Ao abordar o acesso, muitas vezes, há verdadeira concentração de esforços na permanência e no êxito dos estudantes, ignorando o acesso em si. Desse modo, as autoras Silva e Veloso (2013) exploram a categoria “acesso”, analisando-a com base nos conceitos de categoria propostos por Campos (1988), Triviños (2004) e Cheptulin (2004). Esses autores destacam que a categoria se caracteriza pela correlação entre aspectos gerais e específicos. Além disso, Silva e Veloso (2013) destacam o sistema categorial de Minayo (2000), trazendo a categoria analítica – remetendo a conexões universais – e a empírica, que se relaciona com o trabalho de campo do pesquisador. Assim, Silva e Veloso (2013, p. 729) entendem que o “acesso pode ser considerado uma categoria analítico-empírica por abarcar, simultaneamente, a dimensão do geral e do singular”. Na mesma perspectiva do significado de acesso em um formato totalizante, temos que o

acesso significa “fazer parte”; por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão, que se relaciona à dualidade “incluído/excluído”, “integrado/não integrado”, “parte/todo”. Acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e a práxis criativa (Silva; Veloso, 2013, p. 729).

A categoria “acesso” abarca as dimensões de ingresso, que constituem o primeiro passo para a efetivação da política pública que se origina com a oferta da educação e, por conseguinte, a “permanência”, que traz a dimensão de um percurso bem-sucedido, culminando na qualidade da formação. Assim sendo, “adotar o ingresso, a permanência e a qualidade na formação, alarga

e aprofunda a definição do acesso, contrapondo-se a uma visão fragmentada e imediatista” (Silva; Veloso, 2013, p. 730).

Apesar de constituírem conceitos diferentes, eles integram o mesmo processo que, para ser realizado e alcançar o objetivo final – o êxito –, exige ações diferentes de agentes distintos. Essas ações devem estar articuladas à intencionalidade da política pública em questão, ou seja, ao acesso à formação técnica integrada ao ensino médio.

Em uma perspectiva da educação básica e do conceito de “acesso”, torna-se necessário refletir em que medida a escola cumpre seu papel como espaço transformador de sujeitos, promovendo a emancipação humana. No entanto, essa reflexão deve considerar os desafios presentes no próprio processo de ingresso, por exemplo, no IFSC – Itajaí e seus cursos técnicos integrados ao ensino médio. Nesse contexto, Bourdieu e Champagne (1997, p. 485), ao analisar a realidade educacional da França, discutem o sistema de ensino como um espaço de aparente democratização que, na verdade, esconde uma realidade de reprodução:

o sistema de ensino aberto a todos, e ao mesmo tempo estritamente reservado a poucos, consegue a façanha de reunir as aparências da “democratização” e a realidade da reprodução, que se realiza num grau superior de dissimulação, e por isso com um efeito maior ainda de legitimação social.

Embora existam desafios a serem superados no ingresso, é preciso fundamentar o acesso na dimensão do trabalho como princípio educativo. Desde a etapa inicial do ingresso, torna-se necessário concretizar o papel dos IF e sua proposta de EPT, que busca articular ciência, trabalho e cultura com o objetivo de promover uma educação emancipatória. Adotar essa abordagem reflete a essência dessas instituições, que devem desempenhar um papel ativo e prático na formação dos estudantes, comprometendo-se não apenas com a qualificação técnica, como também com uma formação humana integral.

Demografia, educação e trabalho

O Brasil está no topo da desigualdade mundial, sendo o 8º país mais desigual do mundo (ONU, 2023). Trata-se de um país, segundo o Censo de 2022, que enfrenta radical transição demográfica; sua taxa de crescimento populacional (crescimento vegetativo acrescido do saldo migratório) avançou apenas 0,5% comparado ao Censo anterior, enquanto a taxa de fecundidade encontra-se em 1,76 filhos/mulher, abaixo da taxa de reposição da força de trabalho (IBGE, 2022).

O Censo demonstra que o bônus demográfico do Brasil se estenderá até 2035, ao contrário de 2040, como se previa no início da década anterior. Compreende-se como “bônus demográfico” o momento no qual a maioria da população de um país integra a População Economicamente Ativa (PEA) – população com idade produtiva, que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é de 15 a 60 anos. Isso significa que, em 2040, a população do país acima de 60 anos representará 40% da sociedade brasileira. Atualmente, essa faixa etária representa 15% da população (IBGE, 2022).

Esse debate demográfico é necessário para pautar ações relacionadas ao acesso em instituições públicas do ensino básico, particularmente, no ensino médio integrado ao técnico ofertado pelos IF, uma vez que a fase na qual a sociedade brasileira se encontra no processo demográfico revela contínua diminuição do potencial aluno com a baixa fecundidade e, por consequência, a queda da taxa de natalidade. Essa alteração estrutural da demografia brasileira está representada na forma da pirâmide etária cuja base tem se estreitado, enquanto o centro e o topo, se alargando – isso revela decréscimo de crianças e adolescentes, bem como aumento de adultos e idosos.

Nesse contexto, a pirâmide etária a seguir (Figura 1) demonstra o panorama nacional do fenômeno que, gradativamente, impactará nas políticas públicas de educação e trabalho, campo de atuação e interesse da EPT.

Figura 1 – Pirâmide etária da população brasileira – comparativo 2012 e 2022

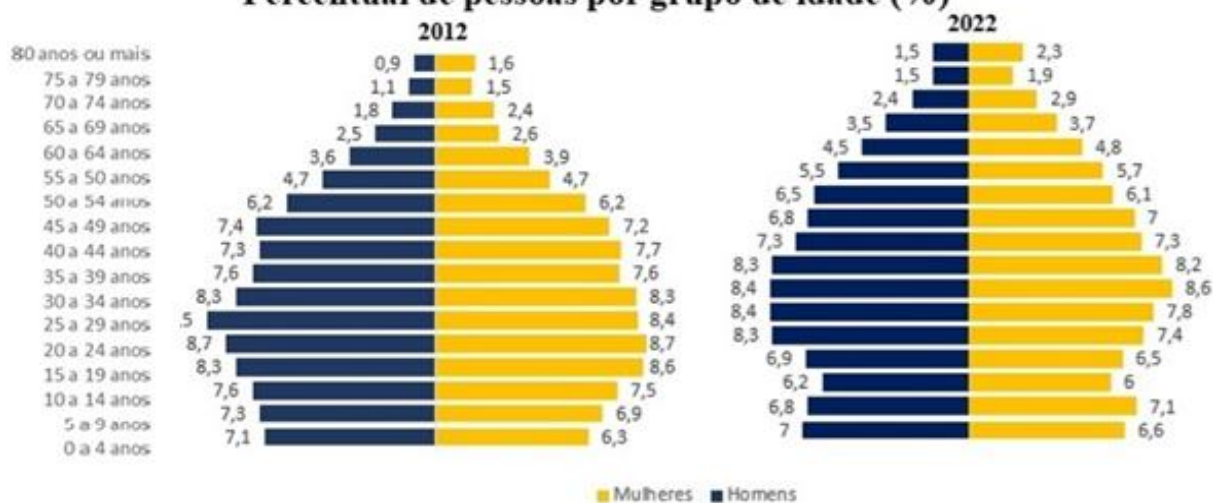


Fonte: elaborado pelos autores, com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 (2025).

A análise atenta da Figura 1 permite perceber expressivas diminuições de populações referentes às faixas etárias de 0 a 34 anos, enquanto há aumento da população de 35 a +80 anos. Esse fenômeno impõe diversos desafios no âmbito do planejamento estatal brasileiro, entre eles, o desafio no âmbito da formação profissional de adolescentes e jovens que comporão o mundo do trabalho no país durante os próximos 50 anos.

A pirâmide etária seguinte (Figura 2) aborda o mesmo período da dinâmica demográfica, contudo, no Estado de SC, onde se localiza o município de Itajaí/SC e o IFSC – Itajaí, objeto do estudo.

Figura 2 – Pirâmide etária da população do Estado de SC – comparativo 2012 e 2022
Percentual de pessoas por grupo de idade (%)



Fonte: elaborado pelos autores, com base nas informações do IBGE de 2022 (2025).

O comparativo entre os anos de 2012 e 2022 revela a redução percentual da população jovem. Em 2012, a faixa etária de 0 a 17 anos representava 26,5% do total da população do Estado, enquanto em 2022 essa faixa etária representa 23,7% da população, acusando queda no período de 2,8%.

Esses números demonstram que enfrentamos o bônus demográfico sem qualificar parte significativa dos jovens no contexto de expressiva queda da fecundidade, demonstrando risco considerável de a força produtiva das próximas décadas ser “atropelada pelo trem da história”, revelando-se incapaz, técnica e intelectualmente, de contribuir com qualquer possibilidade de o país superar o subdesenvolvimento estrutural que o caracteriza.

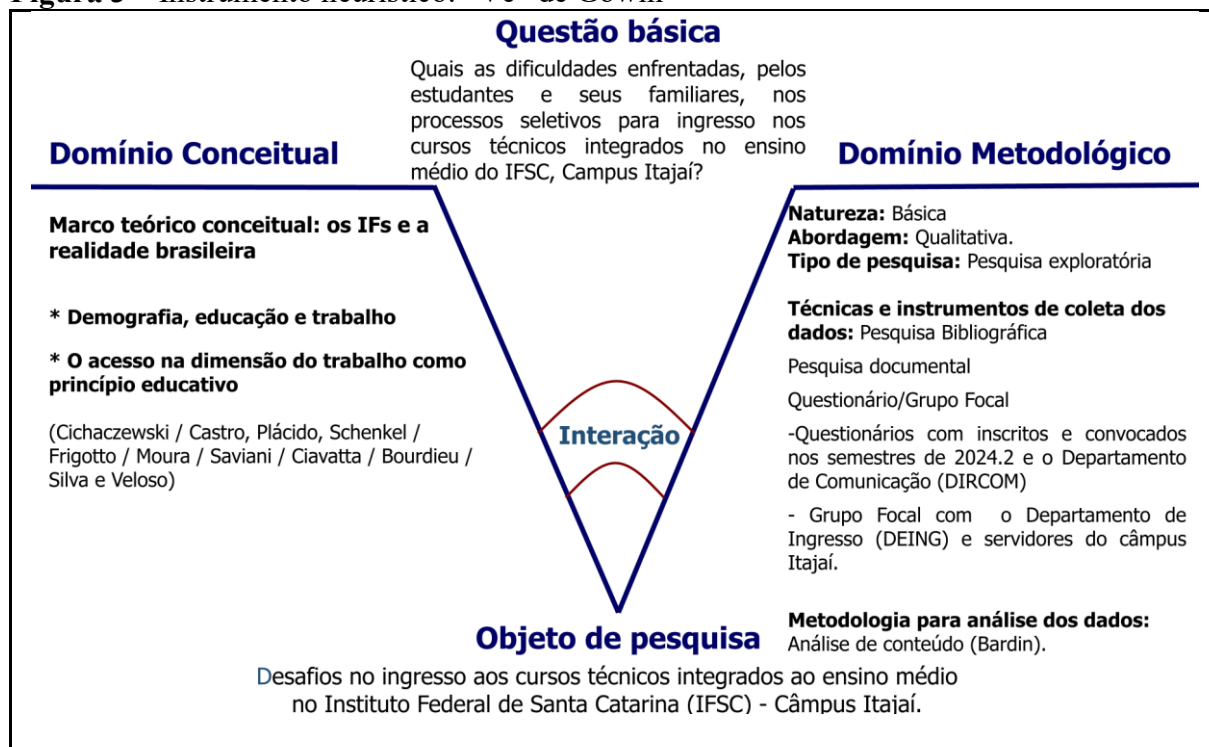
Em geral, essa realidade exige dos IF e, particularmente do IFSC – Itajaí, uma postura institucional que busque sanar qualquer dificuldade de comunicação com o público que, muitas vezes, desconhece o fato de tratar-se de uma instituição de ensino pública e gratuita, cuja missão

é a da formação qualificada de adolescentes e jovens da classe trabalhadora para o mundo do trabalho, com formação humana integral e para o desenvolvimento social e regional.

Metodologia

Na metodologia, foi utilizado o “Vê” de Gowin, representado pela Figura 3. Conforme descrito por Moreira (2007), é um dispositivo heurístico que pode ser aplicado a qualquer contexto de ensino, aprendizagem e avaliação, envolvendo a produção e a documentação do conhecimento. Nesta pesquisa, o “Vê” de Gowin foi considerado uma ferramenta adequada para visualizar e esclarecer a estrutura do conhecimento e o processo de sua construção. Ele foi utilizado para planejar a pesquisa, possibilitando a relação coerente entre a problematização (questão básica), o objeto de estudo e as fundamentações teórico-metodológicas. A partir dessa ferramenta, evidenciou-se o diálogo entre os domínios teórico e metodológico, facilitando uma análise de dados mais coerente e estruturada.

Figura 3 – Instrumento heurístico: “Vê” de Gowin



Fonte: “Vê” heurístico de Gowin (adaptado de Novak e Gowin, 1984), elaborado pelos autores (2025).

Por meio desse instrumento, é possível identificar todas as características da metodologia. O lado esquerdo do “V” refere-se ao domínio teórico, enquanto o lado direito corresponde ao domínio metodológico. Em sua base, encontra-se o objeto de estudo, enquanto

a questão básica ocupa o centro do “V”, por pertencer tanto ao domínio teórico-conceitual quanto ao metodológico.

A questão-foco de um estudo é aquela que não somente pergunta, como também diz algo; é a questão que identifica o fenômeno de interesse de tal forma que é provável que alguma coisa seja construída, medida ou determinada ao respondê-la. É a pergunta que informa acerca do ponto central de um estudo; ela diz o que, em essência, foi estudado e pesquisado (Moreira, 2007). Dessa forma, a questão básica interage com ambos os domínios e se configura como o foco da produção de conhecimento.

Análise dos dados, resultados e discussões

Neste artigo, considerando o conteúdo extenso e a quantidade de páginas limitada, apresentaremos parte dos resultados da pesquisa. Os dados aqui analisados estão no âmbito dos documentos produzidos nos processos de ingresso nos Cursos Técnicos em Mecânica e Recursos Pesqueiros integrados ao ensino médio, no período de 2020/2 a 2024/2, disponibilizados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Dados de matrícula no Curso Técnico em Mecânica integrado ao ensino médio

MECÂNICA INTEGRADO								
Se mes tre	Sele ção	Va gas	Inscri tos	Matrículas Indeferidas Devido a Inscrições Equivocadas e/ou pelo Sistema de Cotas	Núme ro de Cham adas	Vagas Remanes centes	Matrícu las Vagas Remanes centes	Ma trícu las To tais
2020 /2	Sorteio	15	91	2	24	Cadastro de Reserva (CR)	9	14
2021 /1	Sorteio	40	318	9	21	0	0	40
2021 /2	Sorteio	40	121	12	8	22	5	23
2022 /1	Sorteio	40	186	4	12	0	0	40
2022 /2	Sorteio	40	108	10	6	14	16	39
2023 /1	Prova	40	132	6	11	0	0	40

2023/2	Prova	40	58	3	1	22	9	27
2024/1	Prova	40	229	6	6	0	0	39
2024/2	Prova	40	65	2	1	20	4	24

Fonte: os autores (2025).

Tabela 2 – Dados de matrícula no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros integrado ao ensino médio

RECURSOS PESQUEIROS INTEGRADO								
Semestre	Seleção	Vagas	Inscritos	Matrículas Indeferidas Devido a Inscrições Equivocadas e/ou pelo Sistema de Cotas	Número de Chamadas	Vagas Remanescentes	Matrículas e Vagas Remanescentes	Matrículas Totais
2020/2	Sorteio	40	63	3	2	16	7	31
2021/1	Sorteio	40	123	5	22	8	5	40
2021/2	Sorteio	40	51	10	2	33	3	12
2022/1	Sorteio	40	86	4	6	4	5	40
2022/2	Sorteio	40	26	4	1	30	11	24
2023/1	Sorteio	40	175	7	12	0	0	37
2023/2	Sorteio	40	54	2	2	22	6	24
2024/1	Sorteio	40	216	4	17	0	0	37
2024/2	Sorteio	40	76	1	3	28	9	21

Fonte: os autores (2025).

As Tabelas 1 e 2 apresentam o número de inscritos e de matrículas indeferidas devido a inscrições equivocadas, assim como a quantidade de chamadas realizadas em cada processo seletivo. Observa-se um número significativo de chamadas, indicando a morosidade que ocorre no processo de matrículas para as vagas serem preenchidas. Essas chamadas, muitas vezes, ocorrem no início das aulas, gerando uma certa dificuldade tanto para os alunos ingressantes quanto para os docentes que precisam adaptar os conteúdos e atividades para acolhê-los.

Ademais, os Quadros 1 e 2 dispõem do quantitativo de vagas remanescentes e, por fim, o número total de matrículas efetivadas em cada semestre. Evidencia-se, nessa amostragem,

que apesar do número expressivo de inscritos e mesmo com a abertura de vagas remanescentes em alguns semestres, as vagas ofertadas não foram preenchidas integralmente.

Além disso, em praticamente todos os processos de ingresso, percebem-se registros de inscrições equivocadas, assim como indeferimento no sistema de cotas, culminando na perda da vaga. Entre os principais erros nesse contexto, destacam-se: candidatos que ainda não concluíram o ensino fundamental; alunos que já finalizaram o ensino médio (confundindo os cursos subsequentes com os integrados); e, por fim, dificuldades em compreender o sistema de cotas, resultando em matrículas indeferidas pelas comissões de cotas. Essas situações não apenas impactam diretamente os candidatos, como também podem distorcer a imagem da Instituição, uma vez que muitos interessados, ao terem suas inscrições negadas, desistem de futuras tentativas de ingresso. Todas essas questões tensionaram compreender as dificuldades e os impedimentos no processo de matrícula dos estudantes nos processos seletivos do IFSC – Itajaí, cujos cursos profissionais integrados estão estreitamente associados aos arranjos produtivos locais.

No âmbito da pesquisa documental, analisamos o questionário socioeconômico preenchido por candidatos e seus responsáveis no momento da inscrição nos cursos técnicos, especificamente no semestre 2024/2. Essa análise integrada permitiu relacionar os dados socioeconômicos com as respostas dos participantes, ajudando a identificar fatores que podem influenciar a decisão de efetivar ou não a matrícula. Observou-se um público diverso, sendo que mais da metade dos candidatos possui renda familiar bruta por pessoa igual ou inferior a um salário mínimo. Quanto à escolaridade dos responsáveis, percebeu-se grande variação, desde pais com pós-graduação até alguns que não sabiam ler ou escrever – ainda que em número reduzido –, evidenciando as barreiras que essas pessoas podem enfrentar ao longo do processo de ingresso.

A maioria dos candidatos tomou conhecimento do processo de ingresso por meio de familiares ou amigos, seguido pelo site do IFSC – Itajaí e suas redes sociais. Em relação à leitura do edital, 30,8% dos respondentes afirmaram tê-lo lido parcialmente, indicando algo a ser considerado, uma vez que o edital é essencial para a efetivação da matrícula.

Ao serem questionados sobre as principais dificuldades durante todo o processo de ingresso, as respostas variaram desde “nenhuma dificuldade” até “a busca por resultados no site”, “entendimento do edital” e “o cumprimento de prazos”. Embora os editais “Edital 01/DEING/2024/2 – Cursos Técnicos Integrados – Exame de Classificação” e “Edital 02/DEING/2024/2 – Cursos Técnicos Integrados – Sorteio Público” estejam mais acessíveis, ainda consistem em documentos extensos e densos (Brasil, 2024a; 2024b).

No grupo focal com os servidores do IFSC – Itajaí (secretaria e registro acadêmico, jornalismo e coordenadores dos referidos cursos), evidenciou-se o empenho em auxiliar e facilitar o máximo possível o processo de ingresso. Eles concordam ser um processo complexo e com muitas etapas, tendo um calendário extenso; por esse motivo e outros, como a complexidade do edital e o sistema de cotas, muitos candidatos não concluem o processo final, ou seja, a efetivação da matrícula.

O grupo focal e o questionário aplicados junto ao Departamento de Ingresso e ao Setor de Comunicação do IFSC – Itajaí, respectivamente, destacaram o esforço coordenado entre os setores no sentido de simplificar os procedimentos e adotar uma linguagem mais acessível nos editais. Esse compromisso com a melhoria contínua foi reforçado pela criação de um grupo de trabalho específico, dedicado exclusivamente a abordar essa questão e propor soluções que atendam às necessidades do público-alvo.

Em relação aos servidores desse Departamento e Setor, evidenciou-se como pontos em comum a percepção da relevância de manter e aprimorar uma identidade sólida do IFSC – Itajaí, bem como de fortalecer a proposta pedagógica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Além disso, foi amplamente reconhecido que as barreiras tecnológicas enfrentadas pelo público atendido constituem um desafio significativo, que exige atenção e estratégias específicas para minimizar seus impactos no ingresso dos estudantes.

Para a análise de dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo fundamentada em Bardin (2011). Ao todo, foram três etapas, sendo, respectivamente, a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados. Assim, na última etapa, as categorias identificadas em cada coleta de dados foram compiladas e inter-relacionadas, permitindo revelar conexões mais profundas. Abaixo, o Quadro 1 resume o que demonstra essas inter-relações entre as categorias:

Quadro 1 – Categorização a partir do *corpus* de estudo

IFSC – Itajaí Categorias do grupo focal	Departamento de Ingresso e Comunicação Categorias do grupo focal e questionário	Estudantes/ Responsáveis Categorias dos questionários	Categorias Inter-relacionadas
Complexidade do edital e barreiras tecnológicas	Comunicação setorial e reformulação dos editais	Leitura dos editais 01/DEING/2024/2 e 02/DEING/2024/2 (Brasil, 2024a; 2024b), bem como os meios de comunicação	Meios digitais e editais

Adequação ao público-alvo / obstáculos ao longo do processo de ingresso	Dificuldades no fluxo entre inscrição e matrícula	Informações / auxílio durante todo o fluxo do processo de ingresso	Etapas do processo de ingresso
Compreensão do ensino médio integrado e consolidação da identidade do IFSC – Itajaí	Alcance e efetividade nas campanhas de ingresso	Motivação pela escolha do curso e pelo IFSC – Itajaí	Cursos técnicos integrados e o IFSC – Itajaí

Fonte: os autores (2025).

Assim, essas “Categorias inter-relacionadas” forneceram a base para a discussão dos resultados, direcionada a alcançar o objetivo desta pesquisa: compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e seus familiares durante o processo de ingresso nos cursos técnicos integrados ao IFSC – Itajaí.

- **Meios digitais e editais:** A pesquisa revela que os desafios tecnológicos, como o uso de sistemas on-line e a navegação em dispositivos móveis, assim como a complexidade dos editais, são barreiras significativas para muitos estudantes e seus responsáveis, podendo refletir em uma série de dificuldades capazes de se estender ao longo de todo o processo de ingresso. Apesar de haver, claramente, um esforço consciente de simplificação da linguagem nos editais, e que tal esforço já teve um impacto positivo na redução de dúvidas, a falta de entendimento nas informações contidas nos editais ainda pode levar à desinformação e à exclusão involuntária de potenciais alunos. Isso enfatiza a necessidade de explorar ainda mais uma comunicação diversificada que inclua o uso do site, mídias sociais, vídeos explicativos e materiais de apoio.
- **Etapas do processo de ingresso:** Os processos de inscrição e matrícula, bem como o cronograma extenso, com várias etapas e leitura do edital, são complexos. Muitas vezes, os candidatos, por não entenderem o processo ou por falta de acesso aos meios tecnológicos, são desmotivados ou impossibilitados de se inscrever e/ou finalizar a sua matrícula. Isso indica uma desconexão entre a forma como as informações são transmitidas e a capacidade dos candidatos de compreendê-las de maneira clara e eficiente; assim, a adequação ao público no sentido de facilitar e se aproximar mais dos estudantes pode ajudar a simplificar esses processos. Outrossim, a análise destaca a importância de um trabalho voltado para estratégias de comunicação mais segmentadas, com o objetivo de adaptar as informações às expectativas culturais dos candidatos. Além disso, ressalta-se a necessidade e a relevância de uma abordagem de busca ativa para

alcançar potenciais alunos. Por fim, outro ponto relevante consiste na valorização e/ou divulgação do atendimento presencial para reduzir as dúvidas a respeito das etapas do processo, do envio de documento e da utilização dos meios digitais. De modo geral, estratégias focadas em clareza e acessibilidade tecnológica podem ampliar o alcance, garantindo maior inclusão.

- **Cursos técnicos integrados e o IFSC – Itajaí:** Durante a pesquisa, percebeu-se haver um desconhecimento dos propósitos dos cursos integrados ao ensino médio ofertados pelos IF. A clareza sobre os fundamentos do ensino médio integrado é essencial para manter a identidade do IFSC – Itajaí forte e compreensível. Assim, uma comunicação inclusiva⁵, focando nos propósitos e nas oportunidades da formação, pode reduzir desconexões e despertar maior interesse e motivação pela escolha do curso.

A cidade de Itajaí/SC é a 2ª maior economia do Estado de SC, abrigando o maior porto pesqueiro do Brasil. Ademais, é responsável por 55% do mercado nacional de pesca e polo atrativo para a instalação de indústrias na região, para investidores e empreendedores nos diversos setores da economia. Nesse contexto, a implantação do IFSC – Itajaí atende ao que preconiza a Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com a finalidade de ofertar EPT pública, gratuita e de qualidade, articulada com o desenvolvimento local e regional (Brasil, 2008). Assim, o IFSC – Itajaí contribui para suprir a necessidade de um público que não dispõe de recursos financeiros para investir em sua formação profissional.

Entretanto, a pesquisa demonstra haver um descompasso entre a linguagem da instituição de ensino que difunde a informação, estabelece a comunicação, e o público-alvo, que a recebe, precisa e tem direito à educação pública, gratuita e de qualidade. O ingresso pode ser prejudicado por diversas realidades do público-alvo, como barreiras tecnológicas, dificuldades em entender os procedimentos, as etapas do processo seletivo e o cronograma estabelecido. Essa desconexão agrava o diálogo entre os interlocutores e reflete a histórica dualidade estrutural da sociedade brasileira, que, na educação, se expressa nas “escolas para pobres” e “escolas para ricos”.

⁵ Conforme a Resolução Consup n.º 68, de 30 de novembro de 2022, comunicação inclusiva é uma comunicação que pode ser compreendida e partilhada por todas as pessoas – de diferentes escolaridades, identidades e experiências –, por contemplar e promover a diversidade (Brasil, 2022). Não se refere exclusivamente à acessibilidade de Pessoas com Deficiência (PCD), mas a uma prática diária de diálogo com os diferentes públicos, em condições de igualdade.

Nessa perspectiva, a simplificação dos processos e a criação de uma comunicação inclusiva são fundamentais para assegurar que todos os potenciais alunos, independentemente de suas habilidades tecnológicas ou condições socioeconômicas, participem plenamente do processo de ingresso, assim como compreendam o papel desses cursos frente a uma formação humana e integral. A adequação ao público-alvo é, portanto, um aspecto crucial.

Considerações finais

Primeiramente, buscamos, neste artigo, divulgar parte da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Profept do IFC – Blumenau. O estudo abordou o ingresso nos cursos de ensino médio integrado ao técnico do IFSC – Itajaí; o problema de pesquisa referiu-se às dificuldades dos estudantes durante todo o fluxo do processo de ingresso. Tais dificuldades foram evidenciadas pela baixa efetivação das matrículas de candidatos aprovados nos processos seletivos, realizados por sorteio ou por prova, bem como pela ocorrência de indeferimentos no ato da matrícula, especialmente relacionados ao não atendimento dos critérios das políticas de cotas.

Assim, por meio dos números e da análise de dados durante a pesquisa, evidenciaram-se problemas de comunicação entre a instituição e a sociedade que a financia. Entendemos que as matrículas indeferidas não respondem pelo descompasso entre inscritos e matriculados, mas foi o fator que nos fez acender o alerta acerca da comunicação institucional e levantar o debate por meio de nossa pesquisa. O processo investigativo originou-se da sistematização e apresentação da proposta dos IF, bem como o seu papel estratégico como política pública para a sociedade brasileira, quando foi pensado e implementado por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Ao compreendermos o papel estratégico dos IF, articulamos o nosso debate a aspectos da realidade brasileira que poderão nos brindar ou nos assombrar nas próximas décadas, sendo eles: a problemática demográfica e o seu impacto tanto nas instituições de ensino quanto no mundo do trabalho. Essa abordagem torna o debate sobre a adequação da comunicação ao público do ingresso, por parte dos setores institucionais responsáveis, uma questão estratégica, uma vez que os IF, enquanto parte do Estado brasileiro, têm a responsabilidade de formar para o futuro e preparar a juventude trabalhadora para os desafios das próximas décadas do século 21.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 481-486.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Edital 01/DEING/2024/2 – Cursos Técnicos Integrados – Exame de Classificação**. Florianópolis: IFSC, 2024a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/editais-nao-vigentes>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Edital 02/DEING/2024/2 – Cursos Técnicos Integrados – Sorteio Público**. Florianópolis: IFSC, 2024b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/editais-nao-vigentes>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução Consup nº 68, de 30 de novembro de 2022**. Aprova a Política de Comunicação do IFSC. Florianópolis: IFSC, 2022. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/politica-de-comunicacao>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CAMPOS, B. **Introdução à filosofia marxista**. São Paulo: Alfa Omega, 1988.

CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; MEDEIROS, I. T. Educação tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, Blumenau, v. 6, p. 516-533, 2023. DOI 10.21166/metapre.v6i.3983. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; SCHENKEL, C. A. História socioespacial do trabalho no Brasil, Educação Profissional e Tecnológica e a questão regional. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 331-355. 2020. DOI 10.29148/labor.v1i24.59992. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa Omega, 2004.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005. DOI 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ClAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CICHACZEWSKI, J. C.; CASTRO, C. A. IF's: uma expressão particular das experiências políticas da classe trabalhadora brasileira no século XX. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 448-467, 2023. DOI 10.9771/gmed.v15i3.54513. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54513>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. DOI 10.5007/%25x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 30 mar. 2026.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Censo 2022. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 2000.

MOREIRA, M. A. Diagramas V y aprendizaje significativo. **Revista Chilena de Educación Científica**, Chile, v. 6, n. 2, p. 3-12, 2007. Disponível em: <https://revistas.umce.cl/index.php/RChEC/article/view/3011>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MOURA, D. H. ; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. DOI 10.1590/S1413-24782015206313. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNctcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. Aprendiendo a aprender. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1984.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório anual**: 2023. Brasília: ONU, 2023.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. DOI 10.36524/ept.v1i1.356. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. DOI 10.1590/S1413-24782007000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SILVA, M. G. M.; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, 2013. DOI 10.1590/S1414-40772013000300011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/S7nJrFjwknrbSPgxQMfXZwf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

TRIVIÑOS, A. Dialética e pesquisa em ciências sociais. *In*: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. (org.). **A pesquisa qualitativa na educação física**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 11-28.

Submetido em 19 de março de 2025.

Aprovado em 10 de março de 2026.